

## HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA COLONIZAÇÃO DE RONDÔNIA

Maria Isabel Alonso Alves <sup>1</sup>

### RESUMO

Trata-se de um recorte dos resultados de uma pesquisa realizada entre 2015 e 2018 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) que objetivava investigar a constituição das identidades das professoras indígenas Arara (*Karo Tap*) no contexto da comunidade/escola da aldeia I'terap, localizada na região do município de Ji-Paraná, Rondônia. O artigo intenciona mostrar, por meio de narrativas de pessoas que vivenciaram o processo de colonização amazônica, em especial os povos indígenas, as múltiplas tensões estabelecidas entre estas populações e as diversas frentes de ocupação. Trago memórias de professoras Arara (*Karo Tap*) articulada a autores que discorrem sobre o processo de ocupação da Amazônia. Para pensar o povo Arara (*Karo Tap*) em meio ao processo histórico colonizatório, busquei apoio em pesquisadores/as locais e outros que de alguma forma desenvolveram estudos sobre a etnia em questão. Na construção desta abordagem também destaco a utilização de estudos bibliográficos que representam a possibilidade de verificar alguns argumentos disponíveis sobre a história regional que contempla a história dos povos indígenas presentes na Amazônia legal brasileira.

**Palavras-chave:** História, Memórias, Colonização, Rondônia.

### INTRODUÇÃO

Para discorrer sobre o contexto histórico de colonização amazônica, local onde está situado o povo indígena *Karo Tap*, tomo as palavras de Costa (2007a), para quem “conhecer é descrever, nomear, relatar, desde uma posição que é temporal, espacial e hierárquica”. Estas palavras, analogamente me faz entender a necessidade dos povos indígenas narrarem suas histórias, suas lutas em meio ao processo de colonização ocidental, contar como foram se construindo individualmente, coletivamente e (re) significando suas identidades étnicas e culturais frente às metanarrativas postas sobre eles no discurso colonial.

É preciso assinalar que historicamente houve grandes tensões entre, principalmente, as populações indígenas e as diversas frentes de ocupação. Entre os elementos que desencadearam a intensificação das relações entre as populações indígenas e não indígenas na Amazônia está a instituição de políticas públicas destinadas à ocupação da Amazônia em diversos períodos.

É preciso compreender que até 1930 estava em formação o espaço territorial da

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Unidade de Humaitá, isabelalonsojp@gmail.com.

Amazônia brasileira, ou seja, o delineamento das fronteiras regionais (BECKER, 2006). De 1930 a 1950, apesar da presença não indígena na região, não havia uma intensificação de políticas regionais destinadas tanto para a compreensão das diversas situações indígenas na região como também para garantir uma ocupação não indígena ordenada.

O grande impacto na ocupação da Amazônia foi acentuado a partir dos anos de 1950 e 1960, sendo que em dez anos, em função de ciclos desordenados de ocupação ocorridos em períodos anteriores, o número de pessoas que migraram para a região saltou de modo acelerado (de um para cinco milhões<sup>13</sup>) a partir da construção da BR 364, porém, é somente a partir de 1965 que começou um ordenamento da ocupação da Amazônia com projetos de integração e ocupação promovidos pelo governo brasileiro (BECKER, 2006), o que não significou a garantia da não ocupação dos territórios tradicionais indígenas pelas frentes colonizadoras.

Entre os anos de 1968 e 1985 “o Estado toma para si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernização acelerada da sociedade e do território nacionais” (BECKER, 2006, p. 26). Nesse projeto geopolítico, segundo a autora, a Amazônia teve prioridade, pois era percebida “como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura” (BECKER, 2006, p. 26). O projeto incluía acelerar a ocupação regional, por isso propunha a criação da Zona Franca de Manaus como uma poderosa estratégia territorial. Neste interstício, o governo implantou “redes de circulação rodoviária, de telecomunicações urbana, etc.” (BECKER, 2006, p. 27) com a intenção de dar fluxo no povoamento regional.

Na década de oitenta estavam sendo implantadas as políticas públicas de ocupação da Amazônia, anteriormente iniciadas no âmbito do Planejamento Regional<sup>8</sup> de 1930 (BECKER, 2006). É importante mencionar que o contexto de aceleração da migração para a região foi ainda mais intenso com o aparecimento das redes de circulação em função das políticas desenvolvimentistas que “[...] acentuou-se a migração que já se efetuava em direção a Amazônia, crescendo a população regional” (BECKER, 2006, p. 25).

A respeito da Colonização Oficial de Rondônia, Perdigão (1998, p. 9) afirma que, “o marco inicial foi a criação do Projeto Integrado de Colonização – PIC Ouro Preto, a partir do qual Rondônia passou a receber a maior leva de migrantes da sua história, oriundos de todos os estados do país, predominantemente das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste”, isso na década de setenta. A marcha para a Amazônia, sustentada principalmente pelo Programa Calha Norte na década de oitenta que intensificou os Programas de Colonização já existentes, produziu inúmeros conflitos locais.

A Amazônia neste período era tida como o “Eldorado brasileiro”, as pessoas vinham para o Estado de Rondônia com a intenção de enriquecimento por meio de apropriação de terras distribuídas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Nos itens de Regularização Fundiária, disponibilizados pelo INCRA na década de setenta, estavam inseridas as reservas extrativistas, os parques florestais, florestas de rendimento sustentado e outras que o governo mantinha sob o prisma da criação de Unidades de Conservação.

Parte das terras tidas como particulares, cujos títulos definitivos foram expedidos pelos estados do Amazonas e do Mato Grosso, situavam-se em parcelas das terras das populações tradicionais (PERDIGÃO, 1998). “Originalmente tais titulações correspondiam a aproximadamente 2,5 milhões de hectares, mas parte desses imóveis foi obtida pelo INCRA através de desapropriação e disponibilizados para a Reforma Agrária, a partir de 1975”. (PERDIGÃO, 1998, p. 15).

No processo de colonização, não se observou nenhuma preocupação com os povos indígenas, principalmente com relação à demarcação de suas terras. Foi um período em que ocorreram vários deslocamentos migratórios de etnias, em função da desapropriação das Terras Indígenas (T.I.) para a Reforma Agrária e da exploração da borracha nos seringais amazônicos, o que causou sérios impactos aos povos indígenas, como é o caso dos Arara (*Karo Tap*) e dos Gavião na T.I. Igarapé Lourdes.

O processo de ocupação de Rondônia foi patrocinado pelo Governo Federal em função de uma “ordenação” e “ocupação” das terras amazônicas rondonienses consideradas inativas sob o prisma do povoamento e da integração. Por considerar terras improdutivas e inabitadas, o governo não levava em consideração os povos indígenas aqui existentes.

No final da década de 70, aparecem diferentes lógicas sobrepostas à influência do Estado onde insurgem processos de resistência de indígenas sobre a expropriação de suas terras, bem como, a resistência de populações extrativistas. A este respeito, podemos expor a luta dos movimentos seringueiros da Amazônia que “após ter enfrentado desde o início o autoritarismo e a exploração dos seringalistas, em regime de escravidão e semi-escravidão, os seringueiros passaram a lutar contra os fazendeiros para preservar a floresta em pé, fonte de sua sobrevivência” (MEDEIROS, 2006, p. 138).

Ao ganharem visibilidade internacional, essas tensões desencadearam a necessidade de criação das Unidades de Conservação, tais como Parques Ecológicos, Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e também as demarcações de Terras Indígenas (BECKER, 2006), porém, o último “grande projeto” governamental de povoação da Amazônia ocorreu em 1985 com o projeto Calha Norte, fase marcada

[...] por intensos conflitos sociais e impactos ambientais negativos: conflitos de terra entre fazendeiros, posseiros, seringueiros e índios, desflorestamento desenfreado pela abertura de estradas, exploração da madeira seguida da expansão agropecuária e intensa mobilidade espacial da população (BECKER, 2006, p. 27).

Como mencionado, o processo de colonização não indígena da Amazônia se deu a partir de múltiplos eventos e temporalidades. No primeiro momento, é possível constatar a presença de extrativistas, principalmente seringueiros, que confrontados pelo desconhecimento da realidade amazônica, viram-se em muitos casos, em uma zona conflitiva com as populações indígenas locais. Cabe destacar que esses conflitos foram sendo atenuados na medida em que percebeu-se uma “similaridade” entre as populações indígenas e a atividade extrativista, ou seja, ambos dependiam da floresta em pé. Neste processo colonizatório os seringueiros, como grupo social, foram os primeiros não indígenas a produzirem uma aproximação com as populações indígenas. Assim, seringueiros e indígenas, apesar de suas profundas relações com a floresta, foram em muitos lugares, explorados pelos seringalistas.

As narrativas sobre o processo de ocupação da Amazônia ocidental, especificamente na região onde hoje é Ji-Paraná, são compostas de versões, ainda viva nas memórias, tanto de seringueiros, como de indígenas. Levantamentos orais junto a seringueiros aposentados que trabalharam na região, bem como de indígenas, ajudam a compreender esse processo colonial. Depoimentos orais aqui expostas são de nordestinos que chegaram à região amazônica no período de expansão econômica e territorial por causa da extração da seringa e também de indígenas que vivenciaram parte desse processo.

Cabe mencionar que as narrativas dos seringueiros utilizadas nesta abordagem é no sentido de mostrar elementos da história que dizem respeito à captação de mão de obra para os trabalhos nos seringais da região, bem como expor, a partir de seus olhares, a organização social e estrutural da cidade de Ji-Paraná a partir da década de 1950, local em que historicamente, fazia parte da territorialidade do povo Arara (*Karo Tap*). Mostram versões do processo de ocupação nas perspectivas indígenas e não indígenas, elementos que ora se complementam, mas também produzem divergências.

Seringueiros narram como era comum a captação de pessoas no nordeste brasileiro para envio em missão na Amazônia com a finalidade de trabalhar nos seringais da região. Também narram como era a organização espacial e social de Ji-Paraná/RO nas décadas de cinquenta e sessenta, período em que chegaram ao município, levando em consideração que o processo de ocupação e transformação da cidade de Ji-Paraná foi intensificado a partir da segunda metade do século XX.

NP – um cearense, seringueiro da região, relembra o momento em que decidiu migrar para a Amazônia. Em suas palavras: “na época fazia aquelas chamada lá.. tudo...na época os alto falantes eram um funilzão, ponhavam na boca e saiam falando na rua... Vamos para Amazônia... O camarada que tinha coragem vinha” (NP *apud* SCARAMUZZA; ALVES, 2008, p. 07). AC, outro seringueiro, natural do Rio Grande do Norte, conta que sua vinda para a Amazônia se deu pela intensa propaganda que se faziam da Amazônia no nordeste brasileiro, em sua narrativa conta como foi enganado ao ser “recrutado” para ser soldado da borracha em Rondônia.

Assim narra AC:

Eu vim de Natal, Rio Grande do Norte. Eu vim como cabo do Exército para Porto Velho, eu ia para Rio Branco, Boa Vista. Atravessei o rio para ser sargento lá. Fiz o curso em Natal, para ser promovido em Rio Branco, como 3º Sargento do Exército. Cheguei em Rio Branco, me falaram de uma lei de Getúlio Vargas, que dizia que os cabos do exército, que eram do governo que iam ser promovidos, não era mais por curso, por média de curso, e sim por tempo de serviço[...] sou um Soldado da Borracha agora e fui aposentado como soldado da borracha (AC *apud* SCARAMUZZA; ALVES, 2008, p. 07).

Pelas descrições postas na narrativa de AC, parece ter sido comum o alistamento de pessoas nordestinas sob promessas de emprego e *status* na Amazônia, como o caso de AC, que se “alistou” como soldado da borracha imaginando ter se alistado como cabo do exército, chegou a fazer curso para sargento, dando conta de foi enganado somente ao chegar à Amazônia. Perdigão e Bassegio (1992, p. 161) explicam que:

Após a convocação, o jovem nordestino era submetido a rigoroso exame médico. Os mais fracos eram rejeitados. Em seguida, eram embarcados em navios, rumo à Amazônia. A viagem durava cerca de três meses. Muitos adoeciam e morriam. Os doentes eram deixados nos barrancos dos rios, onde morriam no mais completo abandono e solidão. Chegando a Porto Velho, eram distribuídos aos seringalistas que vinham em busca de trabalhadores. No Nordeste dizia-se que colher seringa era a mesma coisa que colher laranja e apresentavam aos nordestinos grandes frutos pendurados em ramos. No seringal tiveram que aprender a cortar a seringa, colher o látex, defumá-lo e fazer a ‘pela’.

Se de um lado, o processo de ocupação e exploração da borracha amazônica se constituiu com profundos impactos sobre as populações indígenas, é possível dizer que do outro, ou seja, da captura e seleção de mão de obra para o suposto enfrentamento da floresta, não foi diferente, pois como afirma Perdigão e Bassegio (1992, p. 49), “os nordestinos foram atraídos para a região amazônica (atual estado de Rondônia) pela propaganda governamental para os projetos de colonização”. Ambas as situações se explicam pela necessidade de mão de

obra nos seringais.

É preciso mencionar que a mão de obra nos seringais não se dava apenas com a captura de nordestinos, os indígenas também foram imersos nesse processo, como mostra Zacarias Gavião ao descrever sobre como foram capturados para os trabalhos na extração da borracha, possivelmente, dentro da Terra Indígena Igarapé Lourdes.

[...] na época tinha um barco grande que trabalhava com borracha, seringa. Então os indígenas vinham do mato, traziam até o Igarapé Lourdes (aldeia Igarapé Lourdes) as borrachas e vendiam, trocavam em mercadorias, panelas, muitas coisas. A ideia de que o mundo do branco era diferente, começou a surgir ali, com a troca de presentes, de mercadorias de valores diferentes (ZACARIAS GAVIÃO apud SCARAMUZZA, 2015, p. 63).

A narrativa de Zacarias Gavião mostra que os indígenas foram capturados/seduzidos pelas novidades do “mundo do branco”, que em forma de escambo, extraíam o látex nas matas indígenas ao tempo que supriam de forma barata uma mão de obra. Percepções a esse respeito também são postas pela professora Marli Arara ao sistematizar uma reflexão sobre como o trabalho na extração da seringa implicou no processo de reorganização territorial e cultural de seu povo:

[...] eles (os mais velhos) mexiam com seringa, como eram acostumados andar devido ao trabalho com a seringa, cada qual ficou no seu seringal, do seringal vieram para cá, quando a FUNAI retirou os Araras da mão dos seringueiros muitos Arara ficaram muito tempo morando com os Gavião (M. ARARA, dezembro de 2015).

Por outro lado, é preciso esclarecer que as relações entre indígenas, seringueiros e seringalistas não estão totalmente compreendidas dentro desse processo histórico, necessitando produzir pesquisas que deem conta de mostrar os mecanismos pelos quais muitos indígenas tornaram-se seringueiros, possivelmente, dentro de seu próprio território constituindo-se em uma complexa trama colonial.

Existem registros que mostram que “os indígenas ilegalmente escravizados ou semiescravizados, passaram a ocupar os seringais” (FONSECA, 2008, p. 65) para servir de mão de obra na extração da seringa. Fonseca (2008) mostra que os indígenas foram importantes para a formação dos ciclos de exploração da borracha, pois eram conhecedores das matas e sabiam a exata localização das árvores. No entanto, a falta de sistematizações mais completas sobre esse processo, não assinalam quais eram esses lugares de trabalhos, se eram os antigos territórios indígenas expropriados no processo de colonização ou as sistemáticas extrações da seringa dentro dos domínios territoriais indígenas. No contexto regional, o funcionamento deste processo, quais as relações de saber/poder constituidoras dessas tramas, parecem ser

desconhecidas.

Como já foi mencionado, o fluxo migratório de outras regiões do país em decorrência da extração da borracha e posteriormente, com as políticas oficiais de ocupação acabou gerando conflitos em decorrência das disputas pelos espaços entre grupos indígenas e as sociedades colonizadoras. De acordo com Santos, (2014, p. 43)

[...] a ocupação de Rondônia foi marcada por conflitos entre modos diferentes de organização social da vida e de apropriação sobre os recursos naturais entre indígenas e não indígenas. Antes do contato os povos indígenas viviam seus conflitos interétnicos com pouca interferência sobre o meio onde abundava as florestas densas.

Registros produzidos por Souza; Pessoa (2009), inferem que

A produção do espaço amazônico e, especificamente, do estado de Rondônia, apresentou como características fundantes a expropriação e a violência. Para o território rondoniense, em especial, a Marcha para Oeste foi sinônimo de degradação do homem e do meio natural. Os grupos indígenas, que já vinham sendo gradativamente exterminados, a partir da década de 1960, com a colonização agrícola, passam a sofrer um impacto potencializado da relação com a Civilização do capital (SOUZA; PESSOA, 2009, p. 02).

As atividades econômicas marcadas inicialmente pela exploração/extração da borracha e seguida pela implantação de políticas e distribuição de terras na região amazônica provocou grande fluxo migratório de outras regiões do Brasil. No Estado de Rondônia, “destaca-se os seringais como atividade econômica que marcou um período de intensas movimentações de não indígenas” (SANTOS, 2014, p. 34), no entanto, é preciso mencionar que o processo de constituição de colonização regional ultrapassou esta atividade econômica constituindo-se em novas problemáticas regionais que tensionam a expansão do agronegócio que acabam se expandindo para as terras indígenas no Estado.

Em um estudo realizado por Scaramuzza e Alves (2008) aparece a concepção de seringueiros sobre espaço regional, em especial a cidade de Ji-Paraná, onde é descrito os seguintes elementos:

[...] aqui não tinha prefeito, o correio era cercado e coberto de barro, para viajar era em lombo de burro de Porto Velho a Vilhena. Eu cheguei aqui em 58, em Ji-Paraná, Vila de Rondônia, não era nem vila ainda, era Núcleo de Rondônia. Só seringal. Tinha um barracão de seringal do lado de lá do Rio Machado e um do lado de cá. Não tinha estrada, não tinha nada. Me lembro do seringal Itapirema, seringal Manoel Vieira, e seringal Rio Branco. O Itapirema era do Valmar Meira. Então fui lá no Valmar Meira, dono disso aqui e ele falou para mim: ó rapaz, aqui é o seguinte, é barracão de seringal, só tem seringal (AC *apud* SCARAMUZZA; ALVES, 2008, p. 08).

O surgimento do Núcleo Urbano, a que se refere a narrativa acima, implicava no advento das primeiras problemáticas relativas a todo contexto urbano, ou seja, a aglomeração de pessoas

de diversos contextos sociais e culturais incorria em divergências.

Aqueles que provocavam algum tipo de desordem social eram punidos com a prisão. Para o senhor NP o “criminoso/baderneiro” passava por humilhação que, ao ser preso pela precária polícia local, era levado para cadeia pública. A cadeia era um pé de laranja com três correntes que serviam para amarrar o contraventor pelo tornozelo. AC também conta que “a cadeia pública funcionava da seguinte forma, tinha um pé de laranjeira com uma corrente, aí o nego, quando errava ou ficava brabo, valente, era preso. Pegavam a corrente e botavam no pé do sujeito e amarravam na laranjeira. E deixava lá...” (NP *apud* SCARAMUZZA; ALVES, 2008, p. 08). Percebe-se, a partir das narrativas, que a cidade não contava com a estrutura mínima de organização, apresentando espaços inadequados de natureza sub-humana.

Esses elementos assinalam para a quase existência de um suplício como estratégia pública de punição diretamente ligada ao flagelo do corpo do contraventor. O processo da organização espacial da cidade é continuamente evidenciado por NP ao contar que

[...] o que tinha aqui vinha tudo de Porto Velho, não tinha loja, depois surgiu o mercado. O mercado era ali onde hoje é teatro Dominginhos. Depois formaram o Banco da Amazônia lá por trás da igreja católica, era um cantinho, só uma repartiçõzinha, a igreja era coberta de palha. A prefeitura era ali entre a igreja e o Banco da Amazônia e era coberta de barro rebocada ao redor de barro (NP *apud* SCARAMUZZA; ALVES, 2008, p. 09).

O aparecimento de conflitos sociais no âmbito do pequeno núcleo que se projetava, era algo presente e constante, isso se refletiu na proposição de topônimos que atualmente nomeiam os espaços do município. A travessa da discórdia, uma importante rua da cidade é descrita por AC como um lugar de desavença entre dois moradores:

[...] ali não tinha o nome Travessa da Discórdia. Tinha dois moradores, o André de Barroso e o João Bandeira. Um morava numa esquina e o outro morava na outra. Ali era só barro. Os dois moravam em casas de madeira. Eram boas, mas era madeira. Os dois, quando iam varrer a rua, um varria o lixo para lá, e o outro vinha e varria para cá, e era aquela luta. Um varria para lá e o outro varria para cá. E eles concordaram de brigar, e brigaram. Fizeram uma cerca no meio da rua. Duas ruas, um passava por um lado e outro pelo outro. Assim ficou a travessa da discórdia. As duas famílias discordaram e isso deu o nome para a rua até hoje (AC *apud* SCARAMUZZA; ALVES, 2008, p. 09).

A construção do espaço urbano sustentava as atividades econômicas do lugar. A movimentação da vila se dava em função da presença dos seringueiros e das proximidades dos seringais, dos pequenos comércios instalados na localidade, dos garimpeiros que advindos dos processos de extração alimentavam o comércio local, bem como dos prostíbulos à beira do Rio Machado. A esse respeito AC lembra que



[...] no tempo do garimpo, era violento porque juntava garimpeiro com seringueiro, e iam todos para o bordel. Um bordel da tal de Júlia Cassete. Era Júlia Figueiredo, mas tinha o apelido de Júlia Cassete. É que ela batia mesmo nos homens com um cassete. Se tomava cerveja e não pagava, ela metia o cassete. Era brava (AC *apud* SCARAMUZZA; ALVES, 2008, p. 09).

O prostíbulo da Júlia Cassete movimentava a economia da região, pois a maioria dos homens que trabalhavam nos seringais e garimpos haviam deixado suas famílias no nordeste e gastavam seus ganhos com mulheres e bebidas.

As narrativas dos seringueiros de Ji-Paraná dão conta de fatos históricos importantes para se compreender parte da expansão urbana do município. O estudo em questão autoriza afirmar a importância das narrativas orais para a recomposição da história local, já que são escassos os documentos oficiais que contam a história do ponto de vista do narrador/morador de Ji-Paraná que vivenciou os processos de colonização, mesmo estes sendo seringueiros, garimpeiros, trabalhadores migrantes que deixaram sua terra de origem para aventurar-se na Amazônia ocidental. A pouca história narrada em documentos oficiais, quando não duvidosos e manipulados, nem sempre corresponde aos fatos ocorridos.

Por outro lado, embora seja importante contar essa história, ela constitui-se como uma versão emblemática daqueles que, impulsionados pelo discurso colonial, narraram uma história de proposições evolutivas, pois muito embora seringueiros e indígenas sofreram as pressões do colonialismo, os indígenas foram aqueles que obtiveram as maiores perdas, principalmente territoriais – base fundamental para a existência social e cultural desses povos. É preciso lembrar que o discurso da colonização, principalmente, o poder efetivo das narrativas estereotipadas, montou as condições de autoridade do colonizador e de suas práticas. Esta autoridade se consolida “ao negar o colonizado a capacidade de se autogovernar, a independência, os modos de civilidades ocidentais, conferindo autoridade a versão e a missão oficiais do poder colonial” (BHABHA, 2013, p. 141).

Neste contexto, o discurso de autoridade do colonizador permite a capacidade de decidir sobre o que é bom e melhor para o colonizado, como, por exemplo, a confecção das políticas territoriais amazônicas que, sob o pretexto do equilíbrio social, excluiu destas estratégias de organização, os povos indígenas.

É preciso mencionar que no processo de colonização a possível similaridade existente entre seringueiros e indígenas está na defesa da questão ambiental. Embora saibamos que os seringueiros foram enganados alimentando assim as tramas da colonização, os discursos presentes nas narrativas dos seringueiros aqui expressos, como foi possível observar, endoçam

a colonialidade do poder. Observa-se que nas narrativas dos seringueiros, é frequente expressões que remetem e sustentam o discurso do colonialismo, tais como: “aqui não tinha nada”; “não tinha loja” “não tinha estrada” “não tinha prefeito” “só seringal”; caracterizando uma desordem social ao tempo que invisibilizava a presença de indígenas na região. Os seringueiros eram vistos, por grande parte dos povos indígenas como “os brancos”, o outro, o estranho capaz de aproximar o universo indígena do universo não indígena.

A respeito da presença indígena na região de Ji-Paraná, Paula (2008) aponta que os Arara (*Karo Tap*), por ser um povo andante, circulavam por toda área onde hoje se localiza a cidade e suas adjacentes, assim explica:

O Mapa EtnoHistórico do Brasil e Regiões Adjacentes, elaborado pelo etnólogo Curt Nimuendaju em 1944, com escala de 1:2.500.00, registra a presença Ramarama nas adjacências do Rio Machado, afluente do Rio Machado [...] deixa o seguinte registro sobre os Arara: Anualmente, apresentam-se à margem do Rio Machado, na localidade de Santa Maria, algumas centenas de índios nus, que desprezam toda roupa que se lhes dá, e se dizem Arara (PAULA, 2008, p. 27).

Sobre os aspectos de perambulação do povo Arara (*Karo Tap*) ouvi de M. Arara que

[...] ninguém ficava parado em um canto [...] os velhos contam que sofreram muito, andaram muito. Até na minha época mesmo nós vivíamos andando, não era como hoje. Nós moramos muito tempo no seringal, nossos pais cortavam seringa, depois de muito tempo é que nós viemos para cá (TI Igarapé Lourdes). Cada família ficava em pedaço nesta região mesmo, depois de muito tempo é que nós viemos e estamos aqui até hoje (M. ARARA, dezembro de 2015).

Os relatos da professora Marli Arara a respeito da circularidade/andanças confirmam a presença dos Arara na região, sendo que muitos desses indígenas, os “velhos”, que trabalharam na extração da borracha ainda estão vivos e moram na aldeia:

Aqui tem muito, o Chico, o Benedito e outros... O seringal maior que tinha na região era o Santa Maria, que era aqui na beira do Rio Machado, dizem que o seringal ficava do lado dos índios (dos Arara) e estes recebiam dinheiro, tecido, gado e cachaça em troca da mão de obra. Os Arara trabalhavam mais com o Firmino, que era o dono do seringal Penha, mas, o maior seringal era o Santa Maria (M. ARARA, dezembro de 2015).

Isidoro (2006) ao discorrer sobre os Arara de Rondônia afirma que os Arara (*Karo Tap*) habitavam o local onde hoje se encontram instalados: Museu, Teatro Dominginhos, Matriz de São João Bosco; os Bancos – Bradesco, HSBC, Brasil e Itaú, além de comércios e praças que fazem parte do centro da cidade de Ji-Paraná (locais citados por NP e AC em suas narrativas). Para Isidoro (2006, p. 16) as terras tradicionais dos Arara (*Karo Tap*)

[...] correspondem a quase todo o território do Município de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia. Segundo esses indígenas, havia uma grande maloca que

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

se localizava no centro da atual cidade de Ji-Paraná, onde hoje se encontra uma das primeiras construções oficiais do município. Tal construção serviu de posto telegráfico e de alojamento para Marechal Cândido Rondon e sua comitiva no início do século XX. Nos dias atuais, funciona um museu que recebeu o nome de Marechal Cândido Rondon.

Fatos como os mencionados ocorreram com a maioria das populações indígenas que ocupavam as margens do Rio Machado. A chegada da Linha Telegráfica contribuiu para com o povoamento não indígena em Rondônia e provocou o afastamento de algumas populações indígenas que migraram para outras localidades. No contexto de Ji-Paraná, os povos que mais sofreram com o processo de colonização foram os Arara (*Karo Tap*) e os Gavião-Ikolen. Tais elementos mostram que “os Arara passaram a viver em regime de semi-escavidão, trabalhando nos seringais, o que provocou o total desaldeamento daquele povo” (PAULA, 2008, p. 27). Acontecimentos dessa natureza implicou na ressignificação dos modos de vida dos Arara (*Karo Tap*).

Cabe destacar que registros históricos junto ao povo Arara (*Karo Tap*) trazidos por Paula (2008), apontam, cronologicamente, seis momentos importantes pelos quais se constituíram, marcando um processo de ressignificação territorial e cultural desse povo. Apesar de longa, trago na íntegra a temporalidade e os aspectos históricos mencionados pela autora por entender que são registros relevantes para o contexto pesquisado, a saber:

1ª Tempo das malocas: os Arara moravam na região em que se localiza hoje o distrito de Nova Colina, perambulavam por toda região onde atualmente se localiza a sede da cidade de Ji-Paraná, a área da foz do rio Urupá, a região dos rios Machado, Riachuelo e Prainha. [...] moravam em maloca com as casas construídas de palha de palmeiras da região. 2ª Primeiros contatos de vida nos seringais: os seringueiros apareceram e ocuparam a terra dos Arara para explorar a borracha, o contato se deu com presentes. Depois de “mansos” passaram a depender dos seringalistas, a quem passaram a chamar de pai, eram os senhores Barros, Barroso e Firmino. Foram morar e trabalhar nos seringais, vivendo as colocações em casas como as dos seringueiros, com famílias separadas e recebendo em troca apenas alimentos e munições para armas de fogo. Algumas pessoas ainda ficaram morando nas malocas. Era comum que os seringueiros e os seringalistas “adotassem” as crianças indígenas e as criassem fora das tradições e costumes de seu povo. 3ª O realdeamento: com a implantação do Serviço de Proteção ao Índio/SPI, atual FUNAI, na região, os Arara foram reunidos num local denominado Penha (Seringal do Firmino) e retirados para as margens do Igarapé Lourdes, retornando à vida de aldeia. 4ª A luta pela terra: em virtude da invasão dos colonos na área sul da terra indígena, se transferiram para lá, acompanhando os Gavião, onde fundaram a Aldeia Ikólóéhj, após a FUNAI e a Polícia Federal expulsarem os invasores do local. Não se adaptando à vida conjunta com os Gavião, algumas lideranças Arara buscaram outro local à abertura de aldeia para o Povo Arara, o local escolhido foi às margens do igarapé Prainha, onde fica atualmente a aldeia I’Tárap. 5ª A venda de madeira: após a demarcação de suas terras, o povo Arara teve contato com madeireiros, estabelecendo longo ciclo de exploração (décadas de 1980 e 1990), de início

coordenada pela FUNAI, posteriormente considerada ilegal pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA. A exploração gerou conflitos internos, até hoje não superados, levando o grupo a dividir-se. Algumas famílias se mudaram do Posto Indígena I'Târap, criando a aldeia Paygap, localizada a 40 km da primeira aldeia. 6ª Os Arara hoje: o momento em que vivem, continuam a manifestar seus costumes ao mesmo tempo em que assimilaram muito da cultura não indígena. Porém, têm consciência da importância e da necessidade de preservação da cultura de origem, assim como buscam conquistar a autonomia do grupo e garantir a identidade própria (PAULA, 2008, p. 28- 29).

Fatos históricos como os mencionados mostram ocorrências de ressignificação da organização social, territorial e cultural do povo Arara (*Karo Tap*). O que se percebe nos registros históricos efetuados por pesquisadores locais sobre o processo de colonização sofrido pelos povos indígenas, especificamente os Arara (*Karo Tap*), é que esses povos foram agenciados pelos não indígenas (principalmente seringueiros) em um processo de aproximação e convencimento de que havia a possibilidade destes indígenas adquirirem recursos não indígenas, tais como alimentos industrializados (sal, açúcar, óleo de soja, bolachas, balas, etc.), bem como artefatos não indígenas (armas de fogo, roupas, utensílios de cozinha, entre outros) em troca do látex extraído de suas terras. Essas trocas se diferiam das relações de comércio dos seringueiros, que extraíam a seringa dos seringais e entregavam aos seringalistas em troca de salários ou como pagamento de aviamentos adquiridos com os donos dos seringais.

Os seringueiros adentraram as terras indígenas, buscando um contato, uma aproximação com os indígenas pelo fato de que estes (os indígenas) possuíam conhecimentos tradicionais sobre a mata, o que motivou os seringueiros a ensinarem o manejo da extração da seringa a estes povos, entretanto, não há como fazer uma afirmativa a respeito dessas inferências, é preciso que haja pesquisas que deem conta de traduzir como ocorreram essas relações.

Essas relações de poder, tensões e equilíbrios com as populações indígenas em determinados momentos, em função de interesses econômicos dentro das terras indígenas, devem ser pensados como um componente histórico da produção do colonialismo, inclusive atualmente. Se em determinado momento da história da colonização tem indícios de exploração da mão de obra indígena na extração de produtos naturais de suas terras, isso não parou, basta observarmos a forma como ocorre a extração da castanha nos dias atuais.

As grandes corporações e empresas nacionais em função da industrialização de produtos de beleza, higiene, e outros, sob o paradigma de uma supervalorização de uma suposta sustentabilidade, de um mundo mais verde, traduz a exploração dos recursos naturais/extrativista em um macro sistema de informação, onde é passada a ideia do consumo de algo bom, natural, que vem da Amazônia, produtos extraídos por indígenas e demais povos

da floresta, que mostram a castanha como uma representação de um mundo sustentável, porém, permanece a mesma estratégia de exploração colonial vivenciada na extração da borracha, a diferença é que já não há mais o escambo da forma como ocorria naquele período.

Em terras indígenas, inclusive a Igarapé Lourdes, os indígenas, de uma forma extrativista de castanhas, mantêm o mercado de produtos industrializados de beleza e higiene e consumo com uma mão de obra micro valorizada. O valor comercializado por esses produtos no mercado interno (nas aldeias) chega a ser irrisório em comparação ao valor final, sendo que o mesmo produto colocado no mercado externo, tanto na perspectiva do processamento ou mesmo na forma *in natura*, é vendido com preços supervalorizados em comparação ao preço pago pelo mesmo produto no nível local. Por esta ótica, mudou a forma de exploração, mas os indígenas continuam sendo explorados pelo colonialismo. É preciso que se discuta isso, que haja uma percepção, um olhar histórico que dê conta de traduzir/explicar essas relações de poder, nas quais os indígenas ainda são submetidos.

Neves (2009, p. 25) explica que “Os Arara-Karo e Gavião-Ikolen são sobreviventes destes tempos, testemunhas das situações difíceis, confusas e violentas pelos quais passaram e que ainda são lembradas nas narrativas orais”, inclusive nas narrativas a seguir, que mostram uma descrição da ocupação da Amazônia a partir da perspectiva dos povos indígenas, especificamente, das professoras Arara (*Karo Tap*).

Pensando na importância da história do povo indígena Arara (*Karo Tap*) contada pelas professoras indígenas, apresento um cenário histórico que descreve parte da constituição da relação deste povo com o processo de colonização da Amazônia brasileira.

Os colonizadores, ao expulsarem outros povos indígenas de suas terras (no caso os Gavião), provocaram a ocupação de seus territórios também por estes indígenas, com quem os Arara (*Karo Tap*) mantêm relações estremecidas até os dias de hoje.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação das terras pelos colonizadores e a invasão de divisas são percebidas, inclusive no acesso à aldeia I'terap, que é por meio da fazenda 3 Rios. Mostrar o processo colonizatório narrado pelas professoras indígenas foi uma forma de ouvir suas versões sobre a história, muitas vezes não consideradas pela visão ocidental/”oficial” dos fatos, dar visibilidade aos que, por muitas vezes são invisibilizados pela colonialidade. Esse estudo possibilitou conhecer a história do povo Arara (*Karo Tap*) contada por quem vivenciou/sentiu na própria pele, mesmo que pela memória dos pais e avós, a violência pela qual foram tomados. Essa

abordagem foi uma forma de reconhecer e valorizar a narrativa dos esquecidos e/ou silenciados pela colonialidade.

## REFERÊNCIAS

ARARA, Marli Peme. **Entrevista Narrativa** [22 de abril, 2018]. Ji-Paraná, Rondônia. Entrevista Concedida à Maria Isabel Alonso Alves.

ARARA, Marli. **Entrevista Narrativa** [10 de março, 2017]. Ji-Paraná, Rondônia. Entrevista Concedida à Maria Isabel Alonso Alves.

ARARA, Marli. **Entrevista Narrativa** [15 de dezembro, 2015]. Ji-Paraná, Rondônia. Entrevista Concedida à Maria Isabel Alonso Alves.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Revista Estudos Avançados**. n.19 (53), 2006. (p. 71-86).

BHABHA, Homi, K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

COSTA, Marisa Vorraber. Pesquisa – ação, pesquisa participativa e política cultural da identidade. In: COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos investigativos II: outros modelos de fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

FONSECA, Dante Ribeiro da. **Rondônia, sua história e sua gente**. Curitiba: Base Editora, 2008.

ISIDORO, Edinéia Aparecida. **Situação sociolinguística do povo arara: uma história de luta e resistência**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2006.

MEDEIROS, Heitor Queiroz de. **Educação ambiental na temporalidade do Acre: um olhar sobre a heterotopia de Chico Mendes**. Tese (doutorado). São Carlos: UFSCar, 2007.

NEVES, Josélia Gomes. **Cultura Escrita em Contextos Indígenas**. Tese (Doutorado em Educação) – UNESP, Araraquara, 2009.

PAULA, Jania Maria de. **KARO e IKÓLÓÉHJ: escola e seus modos de vida**. Dissertação (Mestrado em Geografia). – UNIR, Porto Velho, 2008.

PERDIGÃO, Francisca Francinete. **História das migrações em Rondônia: Atualidades**. Simpósio Migração em Rondônia. CEPAMI, 1998.

PERDIGÃO, Francisca Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes amazônicos - Rondônia: a trajetória da ilusão**. São Paulo: edições Loyola, 1992.

SANTOS, Júlia Otero dos. Ritual, “Cultura” e Transformação: a Festa do Jacaré entre os Arara de Rondônia. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; CESARINO, Pedro de Niermeyer. (Orgs). **Políticas culturais e Povos indígenas**. 1. Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

(p. 135-163).

SCARAMUZZA, Genivaldo Frois. **“Pesquisando com Zacarias Kapiaar”**: concepções de professores/a indígenas Ikolen (Gavião) de Rondônia sobre a escola. Campo Grande, 2015. 230 p. Tese de Doutorado em Educação – Universidade Católica Dom Bosco/UCDB.

SCARAMUZZA, Genivaldo Frois; ALVES, Maria Isabel Alonso. **A** exploração da borracha como expansão do processo de colonização da Amazônia ocidental. In: VII Seminário de Educação Intercultural. Anais (CD). Ji-Paraná: SED, 2008.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; PESSOA Vera Lúcia Salazar. A contra-reforma agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência. **Anais**. V Encontro de grupos de pesquisas: agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais. Campo Grande, UFMS, 2009.